



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO 77.299

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 1.015, do **Vereador LEANDRO PALMARINI**, que “Prevê concessão de benefício tributário a pessoas físicas ou jurídicas por adoção de ações de apoio à área do esporte.”

PARECER

Chega para análise o presente projeto de lei complementar objetivando a concessão de benefício tributário a pessoas físicas ou jurídicas por adoção de ações de apoio à área do esporte.

A matéria veio justificada em fl. 04, defendendo como objetivo principal favorecer aqueles que apoiam o esporte, pois sua prática beneficia as pessoas com promoção da saúde física e mental.

Estimativa de impacto orçamentário-financeiro em fls. 05/12 apócrifo, pelo que subentendemos sua autoria como do subscritor do projeto, indicando a origem dos recursos para absorção da renúncia de receita.

Despacho da Diretoria Financeira em fl. 13 reclamando a manifestação e estudos de impacto pelo Executivo, o que foi atendido em fls. 17/18, com o recebimento de posicionamento contrário da Administração, por vedação Constitucional a vinculação de receita à despesa e ausência de compatibilidade entre PPA, LDO e LOA, dentre outros fundamentos.

Subsequente Parecer da Diretoria Financeira em fls. 19/20 contrário ao projeto, destacando-se o comprometimento de metas fiscais pela renúncia de receita não precedentemente considerada em LDO e LOA, direcionando a desequilíbrio das contas públicas; bem como vedação no art. 167, inciso IV, da Constituição Federal, na vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

Parecer da Procuradoria Jurídica-PJ da Casa em fls. 21/23, com detida análise sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), concluindo pela ilegalidade e inconstitucionalidade da proposta.



(Parecer CJR – PLC 1.015 – fl. 2)

O relatório ora concluído não nos resguarda a outro posicionamento, senão o de que o projeto não atende aos requisitos jurídicos para seguimento.

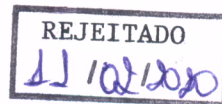
Cumprе destacar que o caráter técnico do projeto foi apreciado pela diretoria competente da Casa, sob a qual nos respaldamos em relação ao aspecto financeiro-contábil.


A respeito da ilegalidade, acompanhando integralmente a manifestação da PJ, endossamos as razões expostas em seu parecer e destacamos que a renúncia de receita refletida não está harmonizada junto às matérias orçamentárias municipais, ferindo dessa forma o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Inafastável violação à Constituição Federal em relação à vedação de vinculação de receita à despesa, sendo mácula insuperável na presente proposta.

Do exposto, concluímos que a iniciativa foge ao ordenamento jurídico vigente, restando a este relator o registro de **voto contrário à propositura**.

Sala das Comissões, 11-02-2020.




VALDECIR VILAR (Delano)
Presidente e Relator


DOUGLAS MEDEIROS


EDICARLOS VIEIRA
(Edicarlo's Vetor Oeste)


PAULO SERGIO MARTINS
(Paulo Sergio Delegado)


ROGÉRIO RICARDO DA SILVA